

“ABRINDO OS OLHOS”: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NO MUSEU DE ARTE SACRA - BELÉM – PARÁ

“OPENING YOUR EYES”: A CASE STUDY ON THE INCLUSION OF VISUALLY IMPAIRED INDIVIDUALS IN THE MUSEUM OF SACRED ART – BELÉM -PARÁ

Luanna Lobato Barros¹

Raul Ivan Raiol de Campos²

Resumo: A Constituição brasileira assegura que o indivíduo com deficiência deve ter as mesmas oportunidades e alcançar a sua independência social e econômica para integrar-se plenamente na sociedade. Entretanto, observa-se que no âmbito dos museus a inclusão dos deficientes é um processo demorado, principalmente tratando-se dos deficientes visuais. Portanto, o objetivo principal desta pesquisa foi realizar um estudo sobre a inclusão dos deficientes visuais em museus, investigando quais os fatores que dificultam ou impedem o acesso dessas pessoas a esses espaços. O local da pesquisa foi o Museu de Arte Sacra. Para isso, foram realizadas visitas *in loco*, além de entrevistas com gestores, funcionários e visitantes da instituição, e com representante da Associação Paraense da Pessoa com Deficiência. Os resultados apontam que: o Museu de Arte Sacra não tem ações, atividades e estratégias para inclusão das pessoas com deficiência visual; ele não atende as condições de acessibilidade dos deficientes visuais; dentre os fatores que impedem o acesso dos deficientes visuais no Museu de Arte Sacra estão a infraestrutura inadequada, falta de equipe especializada e equipamentos que atendam suas necessidades. A conclusão da análise mostrou que não há oferta de itens de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, pois a

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará. E-mail: lubarrostur@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Socioambiental. Professor da Faculdade de Turismo da UFPA. E-mail: raulcampos@ufpa.br

falta de recursos financeiros e o excesso de burocracia dificultam a instalação de equipamentos destinados a esse público.

Palavras-chaves: Acessibilidade. Museus. Inclusão. Deficiência visual.

Abstract: The Brazilian Constitution ensures that people with disabilities must have the same opportunities and achieve their social and economic independence to become fully integrated into society. However, it is observed that within museum field the inclusion of disabled people is a long-term process, especially in the case of the visually impaired individuals. Therefore, the main objective of this research was to conduct a study on the inclusion of visually impaired individuals in museums, investigating the factors that prevent these individuals from accessing these spaces. The research *locus* was the Museum of Sacred Art. For this, on-site visits were made, in addition to interviews with managers, employees and visitors of the institution, and with a representative of the Paraense Association of Persons with Disabilities. The results show that: the Museum of Sacred Art does not present actions, activities and strategies for the inclusion of people with visual impairments; it does not meet the conditions of accessibility for the visually impaired; among the factors that prevent from access of the visually impaired at the Museum of Sacred Art are the inadequate infrastructure, lack of specialized staff and equipment that meet their needs. The conclusion of the analysis showed that there is no offer of accessibility items for people with visual impairments, as the lack of financial funds and the excess of bureaucracy make it difficult to install equipment for this audience.

Keywords: Accessibility. Museums. Inclusion. Vision impaired.

1 INTRODUÇÃO

A globalização ocasionou mudanças significativas no âmbito econômico, político, social e cultural, no entanto, ela tende aumentar cada vez mais as disparidades sociais. Segundo Mauss (1974), a desigualdade social é ainda mais marcante quando o indivíduo porta características especiais que o torna diferente, e que acabam por estigmatizá-lo, por fugir dos padrões propostos pela sociedade em que está inserido. É nesse contexto que surgem os primeiros debates acerca da inclusão dos portadores de deficiências nas mais variadas esferas da sociedade.

A palavra inclusão, no contexto aqui apresentado, refere-se ao:

[...] processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997, p. 168-167).

Promover a inclusão de tais indivíduos, nada mais é, do que “garantir que todos exerçam seus direitos de ir e vir, de acesso ao transporte, à comunicação, à educação, ao trabalho e ao lazer” (BRASIL, 2009, p. 27).

Apesar de os museus, em sua maioria, serem públicos e, muitas vezes de acesso gratuito, a frequência a esses espaços ainda é muito baixa. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “[...] 92% da população brasileira nunca visitou um museu [...]” (LARA FILHO, 2009, p.164). Tal número evidencia a enorme distância entre o museu e as pessoas. Este distanciamento aumenta ainda mais quando o indivíduo possui, “[...] impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2011).

Apesar de a constituição brasileira assegurar que o indivíduo com deficiência deve ter as mesmas oportunidades e alcançar a sua independência social e econômica para integrar-se plenamente na sociedade, observa-se que no âmbito do lazer, da cultura e do turismo, a inclusão dos deficientes é um processo lento. Há uma discrepância entre o discurso e a prática. Enquanto afirma-se que a pessoa com deficiência deve possuir as mesmas oportunidades de desfrutar de atividades recreativas iguais aos outros cidadãos, na prática isso não acontece devido à falta de infraestrutura dos espaços públicos de lazer, ou nos espaços museológicos como aqui apresentados.

Entretanto, para ter equiparação de oportunidades, é primordial que haja condições para concretizar essa inclusão, tanto de profissionais para atendê-los, quanto de mudanças arquitetônicas. No entanto, em muitos casos, a falta de estrutura nesses estabelecimentos dificulta ou impede o acesso da pessoa com deficiência aos museus, principalmente tratando-se do deficiente visual.

Segundo o censo realizado em 2010 pelo IBGE, aproximadamente de 45,7 milhões de cidadãos brasileiros possuem algum tipo de deficiência e dentro dessa porcentagem 18,6% apresentam deficiências visuais (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010). Tais dados indicam que os indivíduos portadores de deficiência visual representam uma parcela expressiva da população brasileira, que tem seus direitos negligenciados.

Apesar de existirem inúmeras leis e normas que garantem a inclusão dos deficientes nos espaços públicos de lazer, como citado acima, a integração do deficiente visual nos museus é demorada, pois, ainda parece absurda a ideia de tais deficientes frequentarem essas instituições, visto que os museus comunicam-se através de recursos visuais. Nesse contexto, é necessário que haja um aprofundamento nos debates acerca desse tema, buscando soluções mais viáveis e adequadas para garantir o acesso do deficiente visual aos museus, possibilitando a integração de tais indivíduos à sociedade. Portanto, esta pesquisa fez uma reflexão sobre a temática, ampliando o debate acerca da inclusão dos deficientes visuais nos museus, investigando quais os fatores limitantes de acesso a esses espaços.

Para tanto, o principal objetivo da pesquisa foi realizar um estudo sobre a inclusão dos deficientes visuais em museus, investigando quais os fatores que dificultam ou impedem o acesso dessas pessoas a esses espaços, a partir do estudo de caso do Museu de Arte Sacra (MAS), esperando contribuir para a acessibilidade aos portadores de deficiência visual (PDV). De modo específico objetivou-se: caracterizar e descrever as ações, atividades e estratégias utilizadas para concretizar a inclusão do deficiente visual no MAS; avaliar as condições de acessibilidade de pessoas

com deficiência visual no MAS; identificar quais os fatores que impendem ou dificultam o acesso dos deficientes visual no MAS.

Assim, este estudo caracteriza-se por ser descritivo e exploratório. O objeto de estudo desta pesquisa incidiu no universo da acessibilidade em museus, objetivando a análise das condições atuais da inclusão do deficiente visual no MAS. Para isso, foram realizadas visitas *in loco* no primeiro semestre de 2013, a fim de identificar quais os fatores que impendem ou dificultam o acesso das pessoas com deficiência, e principalmente das pessoas com deficiência visual. Para isso, foram aplicados 31 questionários aos visitantes e técnicos do setor de atendimento ao público, sendo também realizadas entrevistas com diretor do MAS e com representante da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência (APPD).

2 CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Segundo Sasaki (2003), os portadores de deficiência foram, por muito tempo, vistos como pecadores, inúteis, repulsivos, doentes e incapazes. Consequentemente, ao longo dos séculos os portadores de deficiência foram marginalizados, abandonados, em alguns casos, esperando única e exclusivamente pela morte, ou impedidas de participar do convívio social.

No entanto, entre as décadas de 1960 e 1980 do século XX, devido aos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, a visão em relação à deficiência ganha novas perspectivas. Segundo Sasaki (2003) durante esse período a sociedade utilizou termos como: “defeituosos” – termo aplicado a pessoas com deformidades; “deficientes” – indivíduos com deficiência física, mental, auditiva ou múltipla; “excepcionais” - aqueles que apresentavam dificuldades intelectuais. Entretanto, essas terminologias logo foram alteradas, pois elas eram consideradas inadequadas.

Outro fator que influenciou as substituições das nomenclaturas foi a proclamação do ano de 1981, como o *International Year of Disabled*

Persons (Ano Internacional das Pessoas Deficientes), pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse ano teve uma importância significativa, pois colocou em foco o portador de deficiência. É nesse contexto que se adota o termo “pessoa deficiente”. Todavia, entre os anos de 1987 a 1993, por exigência e pressão constante dos movimentos sociais ligados às pessoas com deficiência, que achavam que o termo assinalava que a pessoa inteira era deficiente, o que para eles era inaceitável, a terminologia é substituída pela nomenclatura “pessoas portadores de deficiência”, mas logo, a nomenclatura é reduzida para “portadores de deficiência”, sendo esta adotada por constituições federais e estaduais e em todas as leis e políticas relacionadas à temática (SASSAKI, 2003).

Em seguida, o termo “deficiência” é substituído por “necessidades especiais”, por isso, a designação “pessoas com necessidades especiais”. Entretanto logo, houve uma alteração no termo, sendo incluída a palavra “portador”, assim, surgiu a expressão “portador de necessidades especiais”. Segundo Sasaki (2003), no início, “necessidade especiais” representava apenas um novo termo, mas depois com a vigência da Resolução N° 2 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), o termo passou a designar não apenas as pessoas com deficiência, mas idosos, gestantes, autistas, pessoas com distúrbios de atenção, emocionais e outros, que são enquadrados na designação Pessoas com Necessidades Especiais (PNE).

Isto posto, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), N°.13994, a pessoa portadora de deficiência é aquela que: “[...] apresenta, em caráter temporário ou permanente, perdas ou reduções de sua estrutura ou função fisiológica, anatômica, mental ou sensorial, que gerem incapacidade para certas atividades, segundo padrões de comportamento e valores culturais” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, p. 2).

Somado a este conceito, a legislação brasileira define deficiência como sendo: “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função

psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999). Além dos conceitos expostos acima, o Decreto Legislativo 186, de 9 de julho de 2008, determina que a deficiência é: “[...] um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente” (BRASIL, 2008).

Por isso, é importante lembrar que o conceito de deficiência, leva em consideração outros aspectos, além do aspecto médico, é necessário fazer uma avaliação, analisando como o portador de deficiência se relaciona com mundo, e qual seu o desempenho em exercer atividades, tendo como parâmetro os padrões considerados normais para um ser humano.

Vale ressaltar que o portador de deficiência pode realizar atividades, desde que tenham condições e apoios adequados às suas especificidades e características. E tais características, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), podem ser divididas em: deficiência física, deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência múltipla - duas ou mais deficiências associadas – (BRASIL, 2009). Assim, definindo e caracterizando a deficiência, torna-se mais fácil instituir leis, bem como, criar ações e políticas eficazes, a fim de facilitar e acelerar a inclusão social do *portador de deficiência*.

3 MUSEUS: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

A palavra museu originou-se na Grécia antiga do termo *Mouseion*, templo dedicado às nove musas ligadas às artes e as ciências, eram filhas de Zeus e Mnemosine, divindade da memória (JULIÃO, 2006). O hábito de colecionar que acompanha a humanidade desde os primórdios tem sido utilizado pelas sociedades para salvaguardar seu patrimônio e perpetuar sua história. Segundo Bittencourt (2009), esse hábito tornou-se mais

apurado e recorrente entre os séculos XV e XVI, na Europa devido ao Renascimento e as Grandes Navegações.

Nesse período, surgiram as chamadas grandes coleções, que se tornaram frequente em toda a Europa, que eram símbolos de poder econômico e político, sendo um fenômeno sociocultural ligado diretamente ao surgimento dos grandes museus europeus. Deste modo, existem três frentes ligadas à origem dos museus, todas vinculadas ao colecionismo, são elas: os gabinetes de curiosidades, as coleções de antiguidade e as coleções principescas (BITTENCOURT, 2009).

As coleções principescas surgem a partir do século XIV, possuindo objetos e obras de arte da antiguidade, tesouros e objetos curiosos provenientes da América e da Ásia, que tinham financiamento das famílias nobres (JULIÃO, 2006), muitas saqueadas e trazidas pelos navios que desbravaram os oceanos. Apenas os nobres e seus convidados usufruíam de tais coleções.

Além das coleções principescas, surgiam em toda Europa os chamados Gabinetes de Curiosidades e as coleções científicas que eram uma maneira de simular a natureza, com várias espécies e objetos sem relação entre si (JULIÃO, 2006), não possuíam nenhum tipo de classificação ou ordenação e por isso, praticamente não transmitiam nenhuma informação. De acordo com Bittencourt (2009), esses espaços deram origem aos primeiros museus, porém tais lugares não eram ainda tal como hoje são concebidos.

Somente no final do século XVIII é que, de fato, os museus foram abertos ao público, sendo esta consequência da Revolução Francesa. É nesse período que surgem os grandes museus nacionais, como exemplo, o Palácio Louvre, em Paris, considerado o primeiro grande museu nacional de arte (JULIÃO, 2006). Aberto ao público durante a Revolução Francesa foi um marco dentro da nova sociedade criada sobre ideais democráticos.

Essa compreensão de que os museus devem servir a sociedade através da educação é a grande razão por trás dessa abertura. Além de ser

percussora nesse aspecto, a Revolução Francesa traçou os contornos de aceção atual de museu (JULIÃO, 2006). Destaca-se que o museu é uma invenção europeia que se expandiu para aos outros continentes devido ao processo de colonização. Deste modo, o século de XIX é marcado pelo aumento considerável na quantidade de instituições museológicas criadas ao redor do mundo, por isso, este século é denominado, como a “Era dos Museus”. Esse período marca, também, a corrida incessante em adquirir cada vez mais obras de artes e artefatos históricos. Simultaneamente, os museus passam a ser preocupar cada vez mais com seus acervos, esquecendo-se de prestar serviço à sociedade.

Contudo, essa perspectiva centrada nos objetos e acervos passou a ser questionada, devido à forma como os museus serviam a sociedade, que conforme observa Scheiner (2005) as exposições apresentadas ao público representam a discurso hegemônico da conquista e imposição cultural. Isto começou a mudar com a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946. Porém, a década de 1960 teve um papel importante nas críticas aos museus com: a democratização da cultura; afirmação do direito das minorias, descolonização da África (JULIÃO, 2006).

Porém, o evento que representou o marco na perspectiva de como os museus deveriam se relacionar com a sociedade foi a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, de onde surgiram as discussões sobre “nova museologia”, o novo museu. Nessa Mesa Redonda surgiu o museu integral, que segundo Primo (1999, p. 10) “a instituição passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social, enquanto instrumento para o desenvolvimento”. Nesse sentido, o museu deixa de voltar-se para si mesmo e passa a ser preocupar com a sociedade que serve.

A nova museologia defende o caráter mais inclusivo dos museus, no qual as propostas museológicas devam refletir o interesse das comunidades. Desse modo, novas concepções de museus surgiram tais como os ecomuseus e museus comunitários. Neste sentido, são susceptíveis de serem

transformados em museus a cidade, o centro ou bairro urbano. Cidades históricas têm sido consideradas com obras de museus (CHOAY, 2001).

Este modelo de renovação dos museus repercutiu em diversas instituições museológicas ao redor do mundo, e no Brasil não foi diferente. Entretanto, apesar de ter ocorrido mudanças estruturais nos museus brasileiros, faltaria muito para alcançar o mesmo patamar dos museus europeus e norte-americanos. Na década de 1980, devido à ampliação da noção de patrimônio, o processo de globalização e o movimento de redemocratização do país (JULIÃO, 2006), os museus brasileiros multiplicaram-se em progressão quase geométrica, porém o número de visitantes não acompanhou o mesmo ritmo, uma vez que a população brasileira não se via representada nas exposições.

Isto ocorre, pois a globalização tornou a sociedade muito mais complexa e fragmentada, e as referências culturais multiplicaram-se, e aquela ideia de uma memória única, imutável e homogênea (JULIÃO, 2006) criada por uma elite governamental no século XIX é desconstruída. Para atender a esta pluralidade de memórias os “[...] os museus se especializaram, se tornaram temáticos e biográficos, atendendo à demanda progressiva de segmentos e grupos sociais — indígenas, negros, imigrantes, ambientalistas, moradores de bairros, etc. — que reivindicavam o direito à memória” (JULIÃO, 2006, p. 28). É neste contexto, surge outro impasse, eleger quais os patrimônios passíveis de proteção, sem omitir aspectos importantes da memória coletiva.

O final do século XX é marcado pela mudança de perspectiva, pois os museus deixam de ser espaços destinados à educação do povo através de símbolos nacionalistas, assim como foi idealizado na Revolução Francesa, para se tornarem espaços que oportunizem o debate, que permitam reflexões, um “[...] espaço no qual a sociedade projeta, repensa e reconstrói permanentemente as memórias e identidades coletivas, permitindo a emergência das diferenças [...]” (JULIÃO, 2006, p.30).

No século XXI, a concepção contemporânea de museu mostrou-se apoiada na democratização do conteúdo dos acervos, pois “os museus têm assumido o desafio de trabalhar a partir dos mais diferentes acervos, para distintos segmentos da sociedade, em todas as regiões do mundo [...]” (SOARES, 2006, p. 9). Nesse sentido, os museus modernos se desenvolveram para atender públicos diversificados, rompendo com a visão nacionalista.

Por fim, fica evidente que os museus passaram por diversas transformações ao longo dos séculos, primeiramente por serem fenômenos consideravelmente recentes; segundo que estas instituições são invenções do homem, sendo que o mesmo está em constante processo de mudanças, é obvio que tais espaços precisam acompanhar tais mudanças, atendendo aos anseios e desejos das sociedades em que estão inseridos.

4 ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NOS MUSEUS

O século XX foi marcado por profundas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. Os movimentos sociais em prol dos direitos humanos, que ocorreram durante esse período foram essenciais para que indivíduos marginalizados – mulheres, negros, índios, portadores de deficiência - fossem finalmente ouvidos.

Em meados da década de 1980, começam a surgir às primeiras legislações que beneficiam o portador de deficiência. Estas iniciativas foram importantes para defender os direitos destes indivíduos, deste modo, o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamentou a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos.

Desse modo, se as escolas têm de adaptar-se à diversidade de cada indivíduo, cabe aos museus como espaços de educação não formal, seguir a mesma filosofia. Além do mais, tal decreto ainda garante o direito a participar de atividades de lazer, e segundo a definição do Código de Ética Lusófono do *Internacional Council of Museums* (ICOM), os museus são considerados:

[...] instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 2).

Então, percebe-se que os museus têm múnus duplicado, por serem espaços de destinados à educação e lazer (RIBEIRO, 2013). Neste contexto, os museus de ciências são pioneiros, tanto no Brasil como no exterior. Por serem museus que trabalham com interatividade, tais espaços criaram mecanismos que possibilitaram uma maior interação e participação do público, abrindo novas possibilidades de inclusão de públicos com necessidades especiais (ACESSIBILIDADE, 2013). Primeiramente, surgiram as exposições temporárias destinadas ao portador de deficiência, onde era admitido, por exemplo, que portadores de deficiência visual tocassem em esculturas originais que eram previamente selecionadas para estas ações, entretanto estes mecanismos eram ações isoladas que davam a falsa sensação de dever cumprido (TOJAL, 2010).

Em 2013, o Museu Paraense Emilio Goeldi abrigou a exposição “Visões”, que retratou três diferentes visões sobre um mesmo tema, as pinturas rupestres no município de Monte Alegre. Esta exposição contou com tela e esculturas táteis, sinalização em braile e vídeos com explicações na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a iniciativa foi bastante viável. Entretanto, o esforço para montagem da exposição foi comprometido, pois o espaço que a abrigou não ofereceu ao portador de deficiência recursos que facilitassem seu acesso à instituição.

Contudo, de acordo com Panosso Neto e Panno (2010, p.4) “devido à complexidade e detalhamento de cada item disposto nestas normas, percebe-se que para alcançar a qualidade de acessível o local necessita de investimento”. Porém, os recursos destinados pelo Estado são ínfimos, o que impede a realização dessas modificações, ocasionando a restrição desse público a esses espaços.

Somada à problemática acima citada, a burocracia também se torna um empecilho aos projetos de acessibilidade desses lugares, haja vista que, grande parte dos espaços que abrigam museus no Brasil, e no exterior, são construções de grande valor histórico, muitos destes tombados pelo patrimônio histórico nacional, o que dificulta ainda mais a execução dos projetos arquitetônicos de reforma e adaptação. Entretanto, algumas instituições elaboram estratégias criativas que possibilitaram o acesso do portador de deficiência aos seus acervos.

Por exemplo, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, na entrada do espaço há uma escadaria com um declínio muito elevado, o que inviabilizaria a instalação de rampas, e, além disso, por fazer parte do prédio, ela é tombada, impedindo a descaracterização arquitetônica. Por isso, instalou-se um equipamento que acopla à cadeira de rodas facilitando a condução do portador de deficiência. Este foi um recurso utilizado para fazer a locomoção do portador de deficiência da área externa para a interna. Simultaneamente, o Museu da Inconfidência disponibiliza outros equipamentos como áudio guia (em três idiomas), vídeo guia com explicações em LIBRAS, totens interativos (em dois idiomas), além de possuir, rampas, elevadores e banheiros adaptados (ACESSIBILIDADE, 2013).

Apesar de a falta de recursos financeiros e da burocracia existente, somente 50,7% dos museus brasileiros possuem instalações destinadas à portadores de necessidades especiais. Tais museus possuem ambientes amplos, eliminação de degraus, ampliação da largura de portas e elementos de apoio (corrimão e barras), rampas de acesso, sanitário adaptados, vagas

exclusivas, elevador adaptado, piso tátil, etiquetas/textos/sinalização em braile, são alguns dos artifícios instalados para possibilitarem o acesso dos portadores de deficiência a este espaço (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

Entretanto, observa-se que as questões abordadas, dizem respeito apenas aos aspectos físicos, pois muitas das ações dirigidas à acessibilidade têm como foco a eliminação de barreiras arquitetônicas, para tanto, faz-se necessário acrescentar as questões de caráter sensorial e atitudinal, visto que, são estas as principais influenciadoras nas experiências dos portadores de deficiência nos museus.

Neste aspecto, as barreiras sensoriais dizem respeito às questões comunicacionais, isto é, o acesso à informação. Os museus criaram estratégias e mecanismos que facilitam a transmissão e captação de informações, proporcionando uma melhor compreensão das exposições, e aumentando o nível de interação e participação dos portadores de deficiência. E as barreiras atitudinais, dizem respeito à postura dos profissionais da área de museologia perante o portador de deficiência, pois não adianta ter uma estrutura adequada, se os profissionais que atendem os portadores de deficiência não souberem lidar com as especificidades deste público (TOJAL, 2010).

Além disso, de acordo com a Diretriz 11 do eixo cultura, cidade e cidadania, do Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020, para que a inclusão se concretize, é necessário “estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010, p. 57). Este plano considera os aspectos físicos, sensoriais e atitudinais, e assim, espera-se, por ser um documento oficial, que os museus brasileiros adotem estas ações, reformulando-as de acordo com sua realidade. Entretanto, para que estratégias e metas sejam elaboradas, é necessário realizar um diagnóstico que leve em consideração estes três aspectos, para melhorar as condições de acesso.

Apresenta-se como exemplo, o Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE) do Núcleo de Ação da Pinacoteca do Estado de São Paulo. O programa visa garantir a possibilidade de fruição da arte para pessoas com necessidades especiais – sensoriais, físicas ou mentais – por meio de estímulos multissensoriais e lúdicos (SÃO PAULO, 2013).

O programa se tornou referência em acessibilidade e em ação educativa para portadores de deficiência no Brasil (PANOSSO; PANNO, 2010). São realizadas visitas guiadas por educadores que conhecem o acervo e as especificidades deste público. O museu também disponibiliza obras do acervo com esculturas, objetos e pinturas, que possibilitam aos deficientes visuais conhecer a obra através do toque. Foi elaborado um catálogo adaptado e impresso em braile para o deficiente visual e um guia de visitação destinado ao público surdo (SÃO PAULO, 2013).

A Pinacoteca oferece maquetes visuais e táteis do edifício e de seus arredores, reproduções de obras bidimensionais e tridimensionais feitas em resina acrílica e borracha texturizada, extratos sonoros relativos às obras, além de objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais selecionadas, são utilizados nas ações inclusivas do PEPE (SÃO PAULO, 2013).

Além disso, nas duas últimas décadas, os gestores responsáveis pela Pinacoteca sempre tiveram atentos à questão da acessibilidade. Hoje, o museu possui vagas de estacionamento reservadas ao portador de deficiência, também disponibilizada cadeira de rodas elétrica. O espaço possui rampas, elevadores, banheiros adaptados, e a largura dos corredores permitem a circulação de cadeirantes, também possui um telefone público adaptado para deficiente auditivo, e as placas de sinalização além em ser em braile, são objetivas. A Pinacoteca no cenário museológico brasileiro é o mais próximo do ideal, e por isso, este espaço tornou-se referência no país, pois, provou que é possível incluir este público na sua missão, fazendo com que eles possam desfrutar do que os museus brasileiros têm a oferecer.

Não existe um modelo ideal de acessibilidade, apenas espera-se que as instituições museológicas cumpram as exigências descritas nas leis e normas e, elabore políticas de inclusão de acordo com sua missão e tipologia, criando soluções que permitam o acesso e, assim, não inibir a presença do portador de deficiência nestes espaços. Neste sentido, o estudo de Cohen, Duarte e Brasileiro (2012) apresenta orientações e recomendações sobre acessibilidade motora, sensorial e cognitiva em museus, que envolvem o estacionamento, caminhos, percursos (piso guia e de alerta), sinalização (direcional e tátil), rampas, obstáculos, iluminação, uso de braile etc. Este estudo serve para nortear os museus a incluir efetivamente os portadores de deficiências em seus museológicos.

5 MUSEU DE ARTE SACRA: AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE FÍSICA E SENSORIAL

O MAS foi inaugurado em setembro de 1998, está localizado no Antigo Palácio Episcopal, do qual faz parte a Igreja de Santo Alexandre inaugurada em 1719 pelos padres jesuítas com participação do trabalho indígena. Tanto o palácio, quanto a Igreja são tombados pelo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e sob a responsabilidade gerencial da Secretaria de Cultura do Estado do Pará. Em meados da década 1990, os prédios foram integralmente restaurados e refuncionalizados para abrigar as coleções de arte sacra e outros serviços museológicos (PARÁ, 2005).

O MAS conta com um acervo de mais 400 peças, entre a imaginária, prataria, telas e diversos objetos litúrgicos e arqueológicos datados dos séculos XVIII ao XX. As coleções, a princípio constituídas pelas peças da própria Igreja de Santo Alexandre, foram depois enriquecidas com peças provenientes de outras igrejas do Pará e de coleções particulares (PARÁ, 2005).

Ao verificar a acessibilidade externa do MAS, observou-se que o estado de conservação das calçadas é satisfatório, entretanto elas são derrapantes e trepidantes, dificultando a locomoção da pessoa com deficiência. Além disso, constatou-se a inexistência de guias rebaixadas, rampas e sinalização tátil de alerta para deficientes visuais. Na área interna, constatou-se que o estado dos corredores de circulação é regular, pois o MAS é um espaço que possui amplos corredores, com largura superior a 1,20m, facilitando a circulação dos visitantes. Contudo, há uma quantidade considerável de escadas e desníveis sem tratamentos adequados, dificultando ou impedindo a circulação de pessoas com deficiência, haja vista, que a principal exposição do museu se encontra no primeiro pavimento da edificação.

De acordo com o Padre Ronaldo Menezes, então diretor do MAS, havia interesse da instituição em adaptar o espaço, para que todos possam ter acesso às exposições de longa duração e exposições temporárias, pois o interessante era que o museu fosse visitado (PESQUISA DE CAMPO, 2013)³. Ele informou que havia um projeto de instalação de um elevador, que permitiria o acesso aos demais andares da instituição. O projeto estaria em andamento, assim como a adaptação dos banheiros para atender as necessidades do PNE. Porém, em visita recente, constatou-se que não haviam sido realizadas as adaptações e reformas mencionadas acima pelo antigo gestor.

No que diz respeito aos locais de embarque e desembarque, e o estacionamento exclusivo para deficientes, observou-se que há apenas uma vaga exclusiva, que só possui sinalização horizontal, o que dificulta a localização da referida sinalização. Além disso, a distância entre a vaga exclusiva e acesso principal do museu é considerável, criando obstáculos ao acesso da pessoa com deficiência. O MAS não tem placas de sinalização que são essenciais às pessoas com deficiência, pois devido à dificuldade

³ Entrevista concedida pelo então Diretor do Museu de Arte Sacra à Luanna Barros para o projeto de pesquisa de conclusão de curso.

em se locomoverem, torna-se de extrema importância saber onde ficam os equipamentos que atendem suas necessidades. Deste modo, verificou-se a inexistência desses equipamentos, dificulta a locomoção desse público nesse espaço.

No caso do deficiente visual, não há pisos táteis de alerta e direcionais que facilitem a locomoção desse público. Além disso, inexistem placas de sinalização em braile, assim como também não há mapas táteis ou catálogos em braile, que possam repassar as informações pertinentes sobre as exposições do MAS. Desse modo, existem barreira físicas e sensoriais (TOJAL, 2010), dificultam a acessibilidade nos espaços museológicos do MAS. O Mas deveria seguir o exemplo exitoso do Museu da Inconfidência (ACESSIBILIDADE, 2013), para inclusão dos portadores de deficiência, inclusive os visuais.

Os visitantes foram perguntados sobre como percebem a acessibilidade nos museus. Eles responderam que a falta dos equipamentos como rampas, elevadores, sanitários, placas e tabelas em braile, comunicação sonora, profissionais capacitados para atender pessoas com deficiência, o excesso de escadas, degraus ou desníveis, a má iluminação, assim como a falta de recursos financeiros para realização de projetos, como fatores determinantes para a não inclusão de pessoas com deficiência em museus.

A falta de infraestrutura e de profissionais para atendê-los, influencia no número de visitantes com deficiência no MAS. De acordo com a Coordenação de Educação do Sistema Integrado de Museus e Memoriais, no ano de 2011, o MAS recebeu 43 pessoas com deficiência, entretanto houve indivíduos com deficiência que não entraram nessa estatística, pois o número citado foi adquirido através dos agendamentos realizados por tal coordenação. Desse modo, os visitantes avulsos portadores de deficiência não são identificados por não haver um controle estatístico de tais visitantes. Por isso, a falta deste controle e, até mesmo, de estudos de público, podem influenciar na criação de planos de inclusão tendo como foco a pessoa com deficiência.

Durante a pesquisa, observou-se a baixa frequência de indivíduos com deficiência no MAS, fato que se confirmou através das entrevistas realizadas com os visitantes, pois não tinham nenhum tipo de deficiência. Foram realizadas perguntas acerca do grau de acesso e locomoção para entrar no museu e para visitar as exposições, bem como o grau de acessibilidade do MAS, conforme demonstrado no quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Grau de Acesso e Acessibilidade no MAS

	Insatisfa- tório	Regular	Satisfató- rio	Ótimo
Grau de acessibilidade do MAS	8	5	11	5
Grau de acesso e locomoção para exposição	3	8	9	11
Grau de acesso e locomoção para entrar no MAS	2	10	11	8

Fonte: pesquisa de campo, 2013

Observa-se que apesar de o museu não possuir equipamentos que atendam às necessidades do portador da deficiência como acima citado, a maioria dos entrevistados disse que é satisfatória as instalações do MAS. Porém, é importante frisar que por não possuírem nenhum tipo de deficiência, eles locomoveram-se pelo espaço sem nenhum tipo de dificuldade.

Quando perguntado se o MAS já havia presenciado alguma experiência, na qual a pessoa com deficiência foi impedida de visitar o museu, pois a instituição não estava preparada para recebê-lo, o então gestor respondeu que não houve nenhum caso dessa amplitude, houve dificuldades, mas foram contornadas de maneira delicada.

Contudo, de acordo com um dos Técnicos em Gestão Cultural/ Educador do Museu, por várias vezes, presenciou situações como essa citada, e para visibilizar a visitaçao a educadora expôs que teve que contar com a boa vontade e compreensão do visitante para evitar constrangimentos. Entretanto, segundo ela, em muitas ocasiões, o visitante

portador da deficiência desistiu da visita, pois o MAS não atendia suas necessidades. Ainda, de acordo com outro educador, a interação com eles foi difícil, pois não havia nenhum agente de interação que pudesse facilitar a monitoria. Portanto, o MAS não atende ao que determina o decreto no 3.298 (BRASIL, 1989), que menciona a capacitação de profissionais para atender os portadores de deficiência.

Por isso, foi perguntado aos visitantes e técnicos, assim como ao senhor Jorderci Santa Brígida, deficiente visual e representante da APPD, quais medidas precisam ser tomadas para tornar o MAS mais acessível à pessoa com deficiência. De acordo com os entrevistados, é preciso instalar elevadores e rampas, etiquetas especiais, disponibilizar materiais diversos para garantir a fruição do acervo como materiais audiovisuais e réplicas de imagens pertencentes ao acervo permitindo que o deficiente visual possa tocá-las. Porém, além da estrutura física, é necessário que haja equipes especializadas que atendam esse tipo de público.

Segundo os visitantes, quando são oferecidas condições para que a pessoa com deficiência possa ter acesso à cultura, a arte e conhecimento sobre a história da sociedade ao qual pertence, assim como as outras que existiram ou que existe, isso faz com que o portador de deficiência sintam-se parte integrante da comunidade ao qual está inserido.

Assim, segundo entrevista com Jorderci Santa Brígida:

A inclusão das pessoas com deficiência nos espaços museais e culturais, torna-se importante porque demonstra que o indivíduo com deficiência tem que ser visto como cidadão, e não como um ser incapaz. Infelizmente a sociedade brasileira em geral é preconceituosa. A grande maioria das pessoas acredita que a pessoa com deficiência só vai pra previdência, que ele só vai para as escolas especializadas, que ele só vai ao médico, que ele não frequenta cinema, que ele não vai ao barzinho tomar uma cerveja, que ele não vai à praia, que ele não vai à festa, que ele não constitui família, infelizmente a sociedade vê a pessoa com deficiência desta forma (*Informação verbal*, 2013)⁴.

⁴ Depoimento de Jorderci Santa Brígida aos autores. 2013.

Mas, ele ressalta que, para o deficiente ter as mesmas oportunidades, é primordial que haja condições para concretizar essa inclusão, tanto de profissionais para atendê-los, quanto de mudanças arquitetônicas. No entanto, em muitos casos, a falta de estrutura desses estabelecimentos dificulta ou impede o acesso do portador da deficiência aos museus, principalmente, tratando-se do deficiente visual.

Assim, perguntou-se aos visitantes se era possível a inclusão de pessoas com deficiência visual nos museus, 80% dos entrevistados responderam que é possível a inclusão desse público nos museus. Entretanto, quando perguntados sobre como ocorreria esta inclusão a maioria das repostas limitaram-se em: “instalação de rampas e elevadores, e contratação de funcionários que possam explicar sobre a história e detalhes das obras”. Então, observe que por desconhecer a realidade das pessoas com deficiência visual, os visitantes responderam aquilo que constantemente costumam ouvir quando o assunto é acessibilidade.

Entretanto, as medidas mencionadas não irão permitir que tal público possa desfrutar da experiência museológica por completo, tais ações são válidas para outros tipos de deficiências, mas no caso do deficiente visual o trabalho de mediação precisar de um estímulo extra, tais como maquetes visuais e táteis do edifício e de seus arredores, reproduções de obras bidimensionais e tridimensionais feitas em resina acrílica e borracha texturizada, extratos sonoros relativos às obras, além de objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais selecionadas.

A visão é o principal sentido do ser humano, proporcionando mais de 80% das informações que nos chegam. A falta desse sentido, fez com que o deficiente visual fosse buscar outra forma de captar as informações ao seu redor. Deste modo, além de aguçar os outros sentidos, o deficiente passou a usar o tato como principal forma de identificar e comunicar-se com o mundo.

De acordo essa situação, Jordeci Santa Brígida expos:

O deficiente visual tem como o principal ponto de identificação o tato, é o contato na realidade com determinados tipos de situações, por exemplo, uma tela, alguma coisa que possamos tocar pra identificar o que é aquilo, e hoje ainda nós ressentimos muito, sobretudo nos museus que ainda não tenha avançado nesse aspecto *Informação verbal*, (2013)⁵.

Quando perguntado quais medidas precisam ser tomadas para tornar os museus de Belém mais acessível à pessoa com deficiência visual, o mesmo respondeu que é necessário cumprir as medidas de acessibilidade, é preciso sinalizar com sistema de voz, com identificação na escrita braile para que esse público possa ter acesso a todos os museus. Com relação à questão da locomoção dentro dos espaços, é preciso que haja trilhas definidas com acessibilidade, para que com a bengala eles possam identificar por onde estão se locomovendo.

É necessário focar também na criação de agentes de interação, para que, o deficiente visual possa interagir com a exposição. Entretanto, de acordo com um dos monitores responsáveis pela mediação, relatou que desconhece projetos ou ações voltadas para esse público em Belém. Mas segundo Joderci Santa Brígida, houve uma iniciativa do Museu Emilio Goeldi e no Bosque Rodrigues Alves em incluir esse público, porém foram pequenas exposições que não surtiram grandes resultados.

Observou-se que não há nenhuma ação igual ou parecida a essa mencionada, pois segundo o então diretor do museu, não há nenhum trabalho específico para portadores de deficiência visual. Porém, de acordo com ele, o MAS tem visitantes portadores de deficiência visual, pouquíssimos e até raros, pois segundo ele essa baixa frequência de visitantes com deficiência visual, ocorre por não haver nenhum trabalho mais efetivo com eles. Contudo, ele afirmou que os que visitam são atendidos, até adequadamente.

⁵ Id.

Além disso, constatou-se que não há profissionais especializados nesse público, houve apenas um curso de melhoria no atendimento, no qual assuntos foram abordados, quanto à atenção, ao atendimento, ao cuidado. Apesar disso, dos oito funcionários entrevistados, todos disseram não se sentirem preparados para receber uma pessoa com deficiência. Portanto, há barreiras atitudinais (TOJAL, 2010), que o MAS precisa sanar para atender os portadores de deficiência com suas especificidades.

Observa-se que há descaso para com os deficientes visuais, como cidadãos detentores de direitos, eles deveriam ser mais respeitados e ter esses direitos garantidos nos espaços museais, conforme aponta o Plano Nacional Setorial de Museus (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010). Entretanto, é necessário entender quais os motivos que impedem ou dificultam que tais espaços se tornem acessíveis a todos, principalmente ao deficiente visual.

Depois de levantados os dados acima apresentados, perguntou-se aos visitantes se o museu está apto para receber pessoas portadoras de deficiência visual, 80% respondeu que o MAS não possui infraestrutura para receber esse público, alguns ainda sugeriam que o museu devia investir em réplicas que permitam o toque e em capacitação de profissionais. Mas para isso, são necessários investimentos em projetos voltados ao visitante com deficiência visual.

De acordo com o então diretor do MAS, a falta de recursos financeiros, é um dos principais impedimentos para que ocorram as modificações necessárias para garantir o direito desse público. Somado a isso, há o excesso de burocracia, *devido à* complexidade e detalhamento de cada item disposto nas normas existentes, muitas vezes, os projetos de acessibilidade são embargados. Por isso, segundo o então diretor do, é **preciso também que o excesso de burocracia seja repensado, para que esta não impeça que tais demandas sejam atendidas.**

Ademais, segundo Jordecí Santa Brígida, outro fator que dificulta as adaptações nesses prédios, é o tombamento, uma vez que,

as instituições museológicas estão instaladas, predominantemente, em prédios considerados patrimônios históricos e artísticos nacionais, e que originalmente não foram construídos tendo como princípio a acessibilidade. Portanto, para possibilitar o acesso, é fundamental realizar adaptações, que muitas vezes irão modificar a estrutura desses prédios. Porém, a principal função do tombamento é evitar que o patrimônio histórico e arquitetônico seja descaracterizado. Então, o que seria mais importante preservar o patrimônio ou incentivar a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

A pesquisa mostrou que não há de itens de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Portanto, é possível afirmar que os recursos disponibilizados pelo governo do estado do Pará são ínfimos para custear as adaptações necessárias para atender a pessoa com deficiência visual. Entretanto, além de a falta de recursos financeiros, foram identificados mais dois problemas frequentes no que diz respeito à acessibilidade para pessoas com deficiência visual, são eles: o excesso de burocracia e a conservação do patrimônio *versus* inclusão social.

O excesso de burocracia existente para a instalação de equipamentos e adaptação do local, muitas vezes, torna o processo lento. Isso ocorre porque as normas vigentes são extremamente complexas, e se não for cumprido o detalhamento de cada item disposto nessas normas, muitas vezes, os projetos de acessibilidade são embargados.

Somado a isso, existe a questão da conservação do patrimônio. Ocorre que maioria dos museus e pontos turísticos da cidade são construções de grande valor histórico, e muitos destes tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por isso, muitos projetos de acessibilidade esbarram na questão da conservação, pois, muitas vezes, tais projetos precisam modificar a estrutura original, e devido ao tombamento desses prédios, dificulta a execução dos projetos arquitetônicos de reforma e adaptação.

Portanto, pelos motivos apresentados acima, não se concebe que o MAS se torne totalmente acessível repentinamente, haja vista que a acessibilidade nos museus é um processo em construção, sendo necessário conciliar conservação do patrimônio e inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a acessibilidade é bem mais abrangente e complexa e não se limita apenas a estrutura física da edificação, sendo necessário, incluir também, os aspectos sensoriais e atitudinais nos projetos de acessibilidade. Optar pelo público com deficiência visual permitiu que o debate sobre a inclusão desse público nos museus fosse ampliado, possibilitando um aprofundando acerca dessa temática.

No caso do MAS os objetivos gerais e específicos propostos foram atendidos. Pois, os resultados apontaram que: o MAS não tem ações, atividades e estratégias para inclusão das pessoas com deficiência visual; ele não atende as condições de acessibilidade dos deficientes visuais; dentre os fatores que impedem o acesso dos deficientes visuais no Museu de Arte Sacra estão a infraestrutura inadequada, falta de equipe especializada e equipamentos que atendam suas necessidades.

Ademais, a pesquisa evidenciou que para efetivar por completo a inclusão é necessária elaborar e implantar programas de acessibilidades e ações educativas voltadas para pessoas com deficiência visual, pois esse público necessita de recursos e atividades especiais e educadores que tenham conhecimento sobre a especificidade da deficiência. Por isso, é imprescindível que sejam realizados diagnósticos e criados planos de inclusão que envolvam as barreiras físicas, sensoriais e atitudinais dos espaços museológicos do MAS.

Ademais, para que o processo de inclusão social se concretize, é necessário que as próprias pessoas com deficiência digam o que querem e o que precisa ser modificado. Desse modo, seria importante fazer uma

parceria com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência, para identificar as necessidades desse público.

Constatou-se nesta pesquisa, que se tratando de acessibilidade museu, o MAS não cumpre as legislações de acessibilidade, e o gestor se utiliza da falta de recursos para tentar justificar um direito dos portadores de necessidades especiais. Porém, há programas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas, que financia projetos de acessibilidade. Portanto, há condições para tornar o MAS acessível aos portadores de deficiência visual, sendo necessário elaborar um projeto de inclusão que concretize o que está descrito no Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020, permitindo o acesso às pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE do Museu da Inconfidência. Produção da TV BRASIL. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=sdNbcxrVEdU>> Acesso em 16 nov. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. **ABNT13994 - Elevadores de passageiros** **ABNTos - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/asustecnologia/nbr-13994>. Acesso em: 6 ago. 2013.

BITTENCOURT, J. N. As coisas dentro da coisa: observações sobre museu, artefatos e coleções. In: AZEVEDO, F. L. M.; PIRES, J. R. F.; CATÃO, L. P. (Orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p.17-31.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 10 jul. 2008. Disponível em: [https:// www2.camara.leg](https://www2.camara.leg)

br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-186-9-julho-2008-577811-publicacaooriginal-100742=pl.html. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, 21 dez. 1999. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3298-20-dezembro-1999-367725-norma-pe.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7612-17-novembro-2011-611789-norma-pe.html>. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07F98CDD9222B754CB48FE02EF073356.proposicoesWebExterno2?codteor=611835&filename=LegislacaoCitada+PL+4248/2008. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução no. 2 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica, de 11 de setembro de 2001.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.